

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**O IMPACTO DO INVESTIMENTO EXTERNO
ESTRANGEIRO NO CRESCIMENTO ECONÔMICO**

ALINE SILVA NASCIMENTO
matrícula nº: 111445387

ORIENTADOR (A): Prof. Nicholas Trebat

ABRIL 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**O IMPACTO DO INVESTIMENTO EXTERNO
ESTRANGEIRO NO CRESCIMENTO ECONÔMICO**

ALINE SILVA NASCIMENTO
matrícula nº: 111445387

ORIENTADOR (A): Prof. Nicholas Trebat

ABRIL 2018

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do (a) autor (a)

RESUMO

O Brasil representa um paradoxo: importante receptor de investimento direto estrangeiro (IDE) e pouco importante objeto de gastos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) por parte das subsidiárias. Nos anos 90, devido a sua política de incentivo e atratividade de investimento direto estrangeiro (IDE), o Brasil tornou-se um dos maiores receptores de capital estrangeiro comparados com outros países da América Latina. No entanto, as políticas brasileiras de atração do IDE não adotaram a obrigatoriedade de incentivar o compartilhamento de tecnologia com as empresas nacionais. Ao contrário, o Brasil adotou o entendimento que a simples presença estrangeira seria capaz de dinamizar a estrutura produtiva nacional e contribuir para a produção local de tecnologia, utilizando-se de uma política do tipo “portas abertas”.

O objetivo deste trabalho é apresentar a síntese do perfil do IDE no Brasil e analisar os possíveis limitantes do investimento direto estrangeiro (IDE) para o crescimento econômico brasileiro.

A metodologia adotada foi uma análise da formação da economia brasileira e industrial, com ênfase nos dados utilizados do Banco Central do Brasil, *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD) e *World Bank*. Foi analisada a origem do capital estrangeiro, quais setores de atividade econômica tiveram maior entrada de IDE, seu tipo e seu percentual de participação no PIB, com prevalência no período de 2011 a 2015.

Os principais resultados da análise indicam que, a política de atração de IDE brasileira ainda coloca em segundo plano a importância da aquisição e do estímulo de construção de aptidão tecnológica doméstica para o processo de modernização, diferenciação, inovação. Constatou-se que sem esse incentivo o Brasil continuará sem as mudanças estruturais necessárias em sua base produtiva e o poder alocativo do investimento direto estrangeiro estará limitado sem a possibilidade de contribuição esperada ao desenvolvimento da economia brasileira.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO I - INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO	8
I. 1 - DEFINIÇÕES E CARACTERÍSTICAS	8
I. 2 - PAPÉIS DO INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO.....	9
I. 3 - EFEITOS DO FLUXO DE IDE NO PAÍS RECEPTOR.....	10
CAPÍTULO II – EVOLUÇÃO DA POLÍTICA INDUSTRIAL BRASILEIRA E A ENTRADA DO INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO	11
II. 1 - PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA.....	11
II. 1.1 - ECONOMIA CAFEIRA.....	11
II. 1.2 - O MODELO DE SUBSTITUIÇÕES DE IMPORTAÇÕES.....	13
II. 1.3 - O PERÍODO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	14
II. 1.4 - O PLANO DE METAS.....	14
II. 1.5 - MILAGRE ECONÔMICO	16
II. 1.6 - II PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (PND).....	17
II. 2 - PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO E A ABERTURA COMERCIAL	18
II. 3 - ARGUMENTO DA INDÚSTRIA NASCENTE	21
CAPÍTULO III - PERFIL DO INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO NO BRASIL	23
III. 1 - BREVE INTRODUÇÃO	23
III. 2 - ORIGEM DO CAPITAL	24
III. 3 - PERFIL SETORIAL DO INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO.....	27
III. 4 - DISTRIBUIÇÃO DE SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA POR PAÍS DO INVESTIDOR FINAL	28
III. 5 - TIPOLOGIA DE INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO	29
III. 6 - REPRESENTATIVIDADE DO FLUXO DE INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO NO PIB	31
CONCLUSÃO.....	32
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35

INTRODUÇÃO

O Brasil é um dos maiores receptores de capital estrangeiro comparados com outros países da América Latina. Os anos 90 foi para o Brasil um marco de entrada de capital estrangeiro no país, devido a sua política de incentivo e atratividade de investimento direto estrangeiro (IDE) através de uma maior abertura comercial, desregulamentação econômica e redução tarifária para o investimento privado.

Parte-se da hipótese de que o investimento direto estrangeiro IDE é um dos maiores veículos de financiamento para suprir a ausência de poupança doméstica e uma fonte estável de financiamento externo, além de ser uma forma de promoção de transferência internacional de tecnologia, e medida que corrobora a diminuição do hiato tecnológico e por consequência, promove o crescimento econômico doméstico. Porém, ao longo de todo este trabalho haverá a análise da relação paradoxal que ocorre no Brasil: grande importante receptor de IDE, porém com pouca capacidade inovativa e com baixa competitividade global.

O objetivo deste trabalho é analisar os possíveis limitantes do IDE para o crescimento econômico brasileiro. Para tanto, será necessário: i) definir e descrever o investimento direto estrangeiro; ii) analisar a evolução da política industrial brasileira e sua relação com o investimento direto estrangeiro no Brasil; iii) analisar o perfil do IDE no Brasil com ênfase no período de 2011 a 2015.

Os dados utilizados neste trabalho foram extraídos da base de dados do Banco Central do Brasil, United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD) e World Bank. Foi analisada a origem do capital estrangeiro, quais setores de atividade econômica tiveram maior entrada de IDE, seu tipo e seu percentual de participação no PIB, com prevalência no período de 2011 a 2015. Por fim, pretende-se ao final apresentar a síntese do perfil do IDE no Brasil e seu impacto crescimento econômico.

O trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro busca entender o que seria o investimento direto estrangeiro, seu papel no país receptor e seus possíveis efeitos. No segundo capítulo, pretende-se analisar a evolução histórica da política industrial brasileira e o conjunto de medidas utilizadas pelo governo para fomento do setor industrial para que ao fim se possa correlacionar à lógica de desenvolvimento industrial brasileiro com o incentivo à entrada de investimento direto estrangeiro no Brasil. Por fim, no terceiro capítulo é apresentada uma análise de dados sobre o investimento direto estrangeiro no Brasil com ênfase no período de 2011 a 2015 mostrando sua origem, os setores de maior atividade econômica, a tipologia do investimento direto estrangeiro no Brasil e sua representatividade no PIB brasileiro, seguidos das considerações finais.

CAPÍTULO I - INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO

I. 1 - Definições e características

O Investimento Direto Estrangeiro (IDE) é todo aporte de internacional de capital que é aplicado na estrutura produtiva doméstica do país receptor, isto é, na forma de participação acionária em empresas já existentes (aquisição), na junção de duas ou mais empresas em uma única firma (fusão), na criação de novas empresas (IDE *greenfield*) ou na forma de investimentos “em carteira” (aportes de capital não destinado ao controle operacional da empresa, mas às transações financeiras especulativas).

O Fundo Monetário Internacional (FMI) ainda nos anos 70, diz que o investimento direto estrangeiro (IDE) é um tipo investimento que visa adquirir um interesse duradouro em uma empresa cuja exploração se dá em outro país que não o do investidor, sendo o objetivo deste último influir efetivamente na gestão da empresa em questão.

Para CASTRO (2012), apud DUNNING (1993) haveria quatro principais motivações para uma empresa investir em outros países:

- Busca por recursos (*resource seeking*)
- Busca por mercados (*market seeking*)
- Busca por eficiência (*efficiency seeking*)
- Busca por ativos estratégicos (*asset seeking*).

Além dos determinantes citados acima, (CASTRO, 2012, p.3) explicita que:

Estudos para a América Latina revelam que o tamanho do mercado interno é o principal motivo para a atração de IDE no continente. Outros fatores como a estabilidade de preços, a liberdade econômica, e o grau de integração regional também seriam fatores significativos no direcionamento do IDE para os países da região.

Com isso, o fluxo de o investimento direto estrangeiro IDE num país flutua conforme as expectativas crescimento do país receptor do capital e de rentabilidade do investimento. Contudo, a rentabilidade é apenas um dos fatores que podem gerar tais oscilações no fluxo de capital, o aumento da liquidez internacional, as políticas de liberalização comercial e como dita por LAPLANE (2000) às desregulamentações econômicas e o processo de privatizações podem ter favorecido à atração ou não de fluxo de capital externo.

I. 2 - Papéis do investimento direto estrangeiro

Para (CHIARINI, 2016, p.289) o investimento direto estrangeiro (IDE) teria os seguintes papéis em um país:

- Como forma de financiamento poderia suprir a ausência de poupança doméstica e ser uma fonte estável de financiamento externo, apoiando o crescimento doméstico.
- Como forma de reestruturar o setor industrial doméstico, modernizando a estrutura organizacional e produtiva, aumentando a capacidade e a melhora na produtividade.
- Como forma de promover a transferência internacional de tecnologia, via investimento, diminuindo o hiato tecnológico e, igualmente, promovendo o crescimento doméstico;
- Como forma de garantir acesso a canais de comércio;
- Como “efeito demonstração” propiciando o processo de aprendizado. Como forma de aumentar a demanda por produtos intermediários domésticos, o que permitiria às empresas locais se beneficiarem de economias de escala;
- Como “efeito competição”.

Portanto, o investimento direto estrangeira (IDE) afeta o desenvolvimento através de áreas como: emprego, renda, formação de capital, acesso ao mercado nacional e internacional, estrutura de mercados, tecnologia e receitas fiscais.

I. 3 - Efeitos do fluxo de ide no país receptor

O ingresso de investimentos diretos estrangeiros (IDE) pode trazer efeitos positivos ou negativos para a economia receptora:

Pelo ponto de vista dos benefícios, CHIARINI (2016) mostra que o IDE além de ser uma fonte de financiamento suprindo a ausência de poupança doméstica, induz efeitos multiplicadores via efeitos de encadeamento e de externalidades positivas. O IDE também é fonte de moeda estrangeira escassa. Além disso, o IDE aumenta a produtividade possibilitada pela transferência de tecnologia e conhecimento através dos seus efeitos transbordamento e competição.

Já pelo ponto de vista dos efeitos negativos, CHIARINI (2016) mostra a transferência de tecnologia vinda das empresas que investiram em IDE no país hospedeiro ocorre mais de forma vertical (matriz/filial) do que a horizontal (filial/empresas locais). Apesar de ser mais provável, a transferência vertical não é a mais relevante, mas sim os efeitos dinâmicos da transferência tecnológica via IDE. Para RADOSEVIC (1999), a transferência horizontal motiva o processo de reestruturação industrial por meio da difusão de conhecimento e da competição, rompendo com a inércia estrutural da indústria nacional.

CHIARINI (2016) também cita que o IDE pode não estar ligado não só a investimentos na construção de novos ativos (*greelfield*), mas na forma de fusões e aquisições (F&A) de ativos já constituídos domesticamente e na forma de investimentos ‘em carteira’ para fins especulativos.

Além destes efeitos negativos, os fluxos de IDE ingressantes podem ter como contrapartida para o investidor estrangeiro um retorno no futuro na forma de lucros e dividendos, isto é, nem todo novo capital formado permanece no país. Além disso, a presença de empresas transnacionais significa a transferência da tomada de decisão para agentes econômicos localizados no exterior, de modo que, na medida em que elas ganhem em proporção na economia receptora, esta se torna mais vulnerável.

CAPÍTULO II – EVOLUÇÃO DA POLÍTICA INDUSTRIAL BRASILEIRA E A ENTRADA DO INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO

II. 1 - Processo de industrialização brasileira

A compreensão da evolução histórica da política industrial brasileira permite apreender o conjunto de medidas utilizadas pelo governo para fomento do setor industrial. Este entendimento possibilita correlacionar à lógica de desenvolvimento industrial brasileiro com o incentivo à entrada de investimento direto estrangeiro no Brasil.

Objetiva-se, ao final, demonstrar que a política industrial brasileira, ao longo de sua história, incentivou uma cadeia de produção voltada ao suprimento de demanda emergencial interna e sempre vulnerável ao cenário mundial.

Pretende-se também neste capítulo, expor que a política de entrada de investimento direto estrangeiro (IDE) no Brasil, iniciada na década de 80, não impôs às empresas transnacionais a obrigatoriedade de transferência internacional de tecnologia às indústrias brasileiras. Busca-se, então, demonstrar que o IDE no Brasil não desenvolveu o papel de reestruturação, modernização e aumento da capacidade produtiva do setor industrial doméstico e de promoção de crescimento econômico.

II. 1.1 - Economia cafeeira

O processo inicial de industrialização brasileira iniciou-se na República Velha (1889-1930). Este estágio inicial que corresponde ao surgimento de um setor industrial nacional incipiente é caracterizado por uma economia brasileira agroexportadora. Desde o período colonial, o suprimento da demanda internacional por commodities agrícolas, foi à forma de inserção da economia brasileira na economia mundial, variando ao longo do tempo seus produtos: açúcar, ouro, algodão, café e borracha.

A ascensão do café foi proveniente a fatores como: a decadência do açúcar - que passou a enfrentar a concorrência de outros países no mercado; a crise da economia colonial; a formação do Estado Nacional e demanda mundial existente pelo café. Além disso, o Brasil

possuía terras propícias à plantação de café; a existência de mão-de-obra escrava - disponibilizada pela decadente economia mineira e força de trabalho europeia disponível que migrou para o país neste período.

Tais fatores consolidaram o setor cafeeiro em 1830 e este se tornou o primeiro produtor mundial de café, o principal produto de exportação brasileira e o principal gerador de renda interna. Posteriormente, esta ascensão do setor cafeeiro propiciou acumulação de capital necessária para a criação da indústria nacional (Cardoso de Mello, 1984).

Os bens manufaturados necessários para a produção cafeeira ou para a para própria demanda inteira eram importados dos países industrializados, pois o país não produzia internamente estes produtos.

Já as divisas necessárias para o desenvolvimento da indústria nacional foram obtidas através da exportação de café. Então, o desenvolvimento industrial esteve a mercê das oscilações das demanda do mercado mundial.

A criação do setor industrial brasileiro ocorreu em consonância com o período de superprodução do setor cafeeiro e queda de preços do café e redução da capacidade de importação. A redução da demanda por exportações e da capacidade de importação, criou o ambiente propício para o investimento ao desenvolvimento da indústria nacional.

Portanto, a decadência do setor cafeeiro disponibilizou a força de trabalho para a indústria e forneceu o capital necessário ao setor industrial, uma vez que, os recursos excedentes tiveram como destino o setor industrial.

A então indústria nacional embrionária surgiu como foco em um único produto: o café. A lógica econômica brasileira deste período preservou as características da economia colonial no Brasil e já se iniciou com dependência única e exclusiva da exportação de apenas uma mercadoria e suscitando a um cenário de vulnerabilidade econômica.

II. 1.2 - O modelo de substituições de importações

No início dos anos de 1930, a crise econômica mundial enfraqueceu o setor cafeeiro - o qual se baseava na capacidade de exportação - e levou a perda do dinamismo econômico e crise nas estruturas políticas, econômicas e sociais.

Paralelamente a crise mundial, os preços dos produtos manufaturados produzidos no exterior aumentaram; houve queda na capacidade de importação e de obtenção de crédito externo e o comércio estava estagnada em decorrência a Grande Depressão de 1930.

Em meio a este cenário, o setor industrial brasileiro utilizou a capacidade industrial instalada já existente - que havia sido criado no período da economia cafeeira- e por meio de políticas governamentais de incentivo á produção interna, como as políticas cambiais e tarifárias, desenvolveu o modelo de industrialização por substituição de importações dos bens de consumo não duráveis.

O período de 1930 a 1945 foi marcado pelo modelo de industrialização voltado majoritariamente ao atendimento do mercado interno enquanto o mercado mundial estava em crise.

A indústria se especializou na produção de bens de consumo com destaque aos bens das indústrias alimentícias, farmacêuticas, metalúrgica, artigos de higiene e limpeza, perfumaria, etc.

Para DRAIBE (2004) neste período a ação estatal foi decisiva tanto no movimento econômico real como na tentativa de definir o processo e tomar a iniciativa da instalação das indústrias de base no país e houve uma alavancagem substancial no setor industrialista preexistente.

Entretanto, para BIELSCHOVSKY (1988) verifique o nome desse autor, no período de 1930 e 1945, o que existiu foi uma limitada e inicial tomada de consciência da problemática da industrialização por parte de uma elite técnica, civil e militar, que então se instalava nas instituições de orientação e controle implantadas pelo Estado centralizador pós-1930.

II. 1.3 - O período pós-segunda guerra mundial

Segundo BRESSER PEREIRA (1985) apud FURTADO (1959), a política seguida durante os anos de guerra foi, na essência, idêntica à que havia sido adotada imediatamente depois da crise. Devido ao estímulo da demanda externa criada pelo esforço de guerra, as exportações brasileiras aumentaram em relação às importações em função da demanda.

Com o final da segunda guerra mundial, grandes saldos em moedas estrangeiras foram acumulados. Por meio destes acúmulo de divisas, o governo provisório promoveu uma política de fomento à indústria nacional.

Dentre as políticas para uma nova etapa desenvolvimento da industrial brasileiro destacam-se:

- A criação da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) – gerando uma melhoria das relações de troca no país.
- A política de controle das importações e de câmbio fixo.
- A criação da PETROBRÁS.
- O sistema de prioridades na importação - que priorizou as importações de equipamentos e matérias-primas para reequipamento e desenvolvimento da indústria nacional.

Segundo BRESSER PEREIRA (1982), a produção industrial total aumentou 122% e o período entre 1946 e 1955, foi marcado pela elevação dos índices de crescimento industrial, prosperidade econômica e de consolidação da indústria de consumo leve no Brasil impulsionado por políticas industriais do governo provisório.

A indústria deste período tornou-se um setor mais dinâmico da economia, com uma menor vulnerabilidade externa e a menor dependência por exportações e com estímulo a indústria de bens de consumo de maior valor agregado, as indústrias de base e de bens de produção.

II. 1.4 - O plano de metas

Com o fim do período de prosperidade advindo das condições adversas do período pós-guerra, a economia brasileira se encontrou em um cenário de desvalorização dos preços do café e em um processo inflacionário.

O ideal desenvolvimentista ganhou espaço no cenário político e Juscelino Kubitschek ascendeu ao poder. O seu governo ficou caracterizado por subordinar políticas monetárias e cambiais à política de investimento, mesmo em um cenário de crise balanço de pagamentos e com a escalada inflacionária.

Como o crescimento industrial no período pós-guerra foi realizado sem muito planejamento, o governo de Juscelino convocou uma equipe de técnica para transformar várias ideias e pensamentos em um plano bem estruturado e eficiente: O Plano de Metas.

O Plano de Metas diferiu de outros planos anteriores pela capacidade de associar diversos objetivos em um único ideal de desenvolvimento através da industrialização. SERRA (1982) define o plano como medidas que buscavam uma intensa diferenciação industrial num espaço de tempo relativamente curto e articulado diretamente pelo Estado.

O governo Kubitschek incentivou como uma “empresa” a indústria nacional. Os ramos de investimento seriam energia, transporte, indústria de base, alimentação e educação. Além disso, o crescimento foi possibilitado com medidas como:

- Criação da Companhia Siderúrgica Nacional
- Expandiu a PETROBRÁS
- Criação da ELETROBRÁS.
- Entrada de investimento direto estrangeiro (IDE) – que possibilitou que o Brasil promovesse o desenvolvimento de um setor industrial mais complexo.

Sobre a importância da entrada de capital estrangeiro no país, SERRA (1982) argumenta que capital privado nacional recebeu um volume considerável de incentivos para atuar na indústria de bens de capital e nos setores fornecedores das empresas transnacionais, citando, por exemplo, o caso da indústria automobilística. Além dela, foram desenvolvidas a indústria de construção naval, material elétrico, de máquinas e equipamentos, siderúrgica, química pesada, petróleo, papel e celulose e a de metais não ferrosos.

Baseado no *slogan* desenvolvimentista “cinquenta anos em cinco”, o plano de metas promoveu a expansão da produção industrial em cerca de 80%, sendo que alguns setores se destacaram, como o de transporte, com um crescimento de 600% no período.

Este período foi de grande crescimento econômico e industrial, no entanto a política de investimento adotada, subordinando as políticas monetária e cambial, agravou o déficit e, trouxe por consequência, um maior processo inflacionário. O “desenvolvimentismo a qualquer custo” trouxe melhorias inquestionáveis para o processo de desenvolvimento industrial, contudo, as políticas macroeconômicas adotadas trouxeram bastantes desequilíbrios econômicos.

II. 1.5 - Milagre econômico

Após a década de 60, o Brasil sofreu um período de retração de crescimento econômico. Instaurou-se uma crise política após a ascensão do governo militar ao poder e políticas macroeconômicas recessivas foram adotadas para conter os desequilíbrios econômicos provocados pelas medidas expansionistas a todo custo feitas no governo Kubitscheck. Tal cenário gerou desconfiança aos possíveis investidores em relação a investimentos no Brasil levando a saída de divisas e, além disso, investimentos já existentes tinham uma fase de maturação muito longa e por consequência, a capacidade instalada de produção ficou subutilizada.

Sob controle do governo militar, a política econômica instaurada foi balizada pelo plano de ação econômica do governo (PAEG). Estas políticas que buscavam a estabilidade econômica.

O PAEG buscou combater à inflação e logrou reduzir o déficit fiscal, combinando políticas estabilizantes ortodoxas e heterodoxas.

Por meio da utilização da capacidade ociosa acumulada do período de crise da primeira metade da década de 60 gerou-se expansão de demanda e aumento da renda. Consequentemente, houve aumento na taxa de emprego e de produção industrial. Atrelado a isso, o governo instaurou medidas como:

- A reforma tributária
- A criação de fundos de poupança compulsória como o programa de integração social - PIS e fundo de garantia do tempo de serviço (FGTS).
- A aplicação do realismo tarifário para as empresas estatais
- As políticas cambiais de minidesvalorizações
- Incentivos fiscais ao setor exportações

Tais medidas impulsionaram o período de crescimento econômico que também fora impulsionado pelo ascendente período da economia mundial e pelas maiores possibilidades de investimento. Esta expansão da demanda e o aumento da renda geraram um surto de crescimento que caracterizou a primeira fase do “milagre”, ou seja, a fase de crescimento, onde se aproveita a reversão cíclica.

No entanto, devido á insuficiência de capacidade de produção do setor de bens de capital, as importações elevaram-se e aumentou-se o de um endividamento externo e um cenário de crise neste período.

II. 1.6 - II Plano nacional de desenvolvimento (PND)

A conjuntura brasileira no final da década de 70 era de um cenário de prosperidade econômica. Houve um grande desenvolvimento industrial no período do plano de metas, porém um aumento no endividamento externo.

Em 1973 houve a primeira crise mundial do petróleo, fazendo com que os custos de produção aumentassem muito. Com isso, o governo militar optou ao invés de uma política econômica restritiva, aumentar a política de captação de poupança externa para a importação de insumos intermediários necessários ao desenvolvimento da indústria nacional, pois utilizaria a disponibilidade de crédito internacional barato e a possível transitoriedade dos efeitos restritivos da crise mundial do petróleo.

A importação de insumos intermediários era necessária, pois no período de “milagre econômico” houve um desquebro no crescimento da produção de insumos básicos e intermediários e a produção de bens de consumo duráveis da cadeia produtiva:

A produção de bens de consumo duráveis quase dobrou (97%), já a produção de bens de capital e insumos intermediários aumentou menos da metade (45%).

O II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) foi uma política de desenvolvimento industrial nacional voltado para a indústria de bens de capital, insumos e intermediários, por meio do endividamento externo, onde se objetiva aumentar a exportação de minério de ferro, alumínio, aço entre outros e representar com isso o último passo do processo de substituição de importações no Brasil.

No período de 1974 a 1981, o PIB cresceu à taxa de 5,4%, (6,9% entre 74-79); a indústria os mesmos 5,4%; e a agricultura 4,9% (Bresser Pereira, 1985). Quanto às exportações, embora estas tenham declinado em relação ao período do “milagre”, mantiveram-se em nível razoável, um pouco abaixo do crescimento do PIB (Serra, 1982).

O II PND através de suas medidas substituiu consideravelmente as importações de produtos intermediários e alavancou a indústria nacional, mas como consequência, aumentou o endividamento externo brasileiro.

Este programa foi o marco do final do modelo de industrialização por substituição de importações no Brasil.

II. 2 - Processo de industrialização e a abertura comercial

O processo de formação industrial do Brasil se iniciou através do modelo de desenvolvimento agroexportador no final do século XIX. A partir do século XX iniciou-se o processo de industrialização por substituição de importações incipiente e posteriormente se moldou em um processo planejado e com apoio do Estado. Ao final dos anos 80, o Brasil estava industrializado, porém, vivia um cenário econômico de inflação, endividamento, dependência externa e concentração industrial.

Os surtos de crescimento industrial ocorreram no período do Plano de Metas e no período do II PND e entre o período de 1967 e 1973 também, porém geraram uma mudança na qualidade das importações. Conseqüentemente, estas importações geraram déficits na balança comercial onde sua compensação dependia do desempenho do setor exportador ou da disponibilidade de crédito externo.

O processo de industrialização por substituições de importações brasileiro priorizou o setor de bens de consumo duráveis constituídos por empresas multinacionais e causou dependência da condição do comércio exterior aos setores primários e disponibilidade de crédito no exterior.

O grande endividamento externo e um cenário de inflação na década de 80 fez com que fosse marcada por retração econômica e instabilidade nos preços. Diante deste cenário, o Brasil adotou uma política de liberalização comercial a partir de meados década de 80 e intensificada na década de 90.

Segundo CHIARINI (2016) no caso brasileiro, o processo de abertura econômica empreendida a partir de meados dos anos 1980 delineou-se uma série de ações como a liberalização comercial e a desregulamentação das atividades econômicas, diminuições tarifárias no intuito de atrair aumentar os fluxos comerciais, importação de tecnologia e ingresso de IDE no Brasil. Esperava-se um novo ciclo de crescimento, a partir da globalização, abertura, estabilização e privatizações realizadas. (Mendonça de Barros e Goldenstein, 1997).

Esperava-se que com o ingresso de IDE, mostrado na Figura 1, “naturalmente” haveria, segundo CHIARINI (2016), um maior incentivo para as empresas nacionais aumentasse seus investimentos no desenvolvimento de produtos mais modernos e em processos de produção e gestão mais eficientes (pelo efeito competição e demonstração).

A política econômica neoliberal da década de 90 vinha com a premissa de que:

Esperava-se ainda que a abertura empreendida pudesse mobilizar esforços inovativo e tecnológicos das empresas estrangeiras, o que contribuiria para uma mudança estrutural da economia brasileira, reduzindo o déficit comercial por meio das exportações de elevado valor agregado e alto conteúdo tecnológico. (CHIARINI, 2016)

No entanto, de acordo com CHIARINI 2016, apud NEGRI (2007), as políticas brasileiras de atração do IDE não tiveram requisitos relacionados ao desenvolvimento doméstico de tecnologia por parte das multinacionais. Ao contrário, o Brasil adotou o entendimento que a “simples presença estrangeira” seria capaz de dinamizar a estrutura produtiva nacional e contribuir para a produção local de tecnologia, utilizando-se de uma política do tipo ‘portas abertas’ (Negri, 2007).

Com isso, o fluxo de IDE foi basicamente voltado a fusões e aquisições de empresas brasileiras de ativos locais das empresas estatais e houve pouco IDE tipo *greenfield*. Ou seja, o IDE na década de 90 estava fortemente ligado a uma mudança patrimonial (F&A de empresas estatais). Devido a este perfil de entrada de IDE, a transferência de tecnologia foi basicamente de compartilhamento de habilidades gerenciais e organizacionais e não de uma má mudança estrutural na economia industrial brasileira, conforme ilustrado na figura 2.

Devido a origens históricas já tratadas no início deste capítulo, o processo de industrialização por substituição de importações usou o potencial de crescimento do mercado interno e pouco foi investido em capacidade de competir globalmente. O processo industrial brasileiro não se moldou desde sua origem em adquirir aptidões tecnológicas e em processo inovativo. Na realidade, o foco sempre foi voltado às exportações e para sanar problemas no balanço de pagamentos (PACHECO E ALMEIDA, 2013). Tal ênfase ‘cristalizou-se’ na cultura industrial brasileira e a sua inserção internacional ainda se é frágil.

II. 3 - Argumento da indústria nascente

Segundo CHANG (2004), como se observou em inúmeras vezes nos últimos séculos, o problema comum enfrentado por todas as economias em *catch-up* - economias em desenvolvimento que utilizam diversos recursos e esforços para reduzir a suas distâncias com relação à fronteira tecnológica dos países já em desenvolvimento - é que a passagem para atividades de maior valor agregado, que constitui a chave do processo de desenvolvimento econômico, não se dá “naturalmente”. No caso brasileiro, como mostrado acima, adotou-se o entendimento que a “simples presença estrangeira” seria capaz de dinamizar a estrutura produtiva nacional e contribuir para a produção local de tecnologia e que com o ingresso de IDE haveria, “naturalmente” um maior incentivo para as empresas nacionais aumentassem seus investimentos no desenvolvimento de produtos mais modernos e com maior valor agregado.

Porém, os países desenvolvidos, não utilizaram de políticas liberais para o desenvolvimento de sua indústria. Conforme aponta CHANG (2004), os países atualmente desenvolvidos (PADs) recorreram a políticas industriais, comercial e tecnológica intervencionista a fim de promover as suas indústrias nascentes e estes mesmo países, protegeram suas industriais com muito mais vigor do que os atuais países em desenvolvimento.

Paradoxalmente, as nações atualmente desenvolvidas não utilizaram medidas neoliberais como livre-comércio e outras políticas de *laissez-faire* para o desenvolvimento das suas industriais nacionais. Como se foi constatado nos períodos de pós-guerra (Plano de Metas e II PND), o Brasil obteve maior crescimento econômico do que no período a partir da década de 80 em que implantou em sua política econômica medidas liberais como a abertura comercial.

Vale ressaltar também, mesmo com a abertura comercial e o grande influxo de IDE no Brasil, as empresas estrangeiras utilizam mecanismos de proteção de seus ativos intangíveis, dando ao Brasil um acesso restritivo à tecnologia e dificultando assim, o processo de modernização da indústria brasileira.

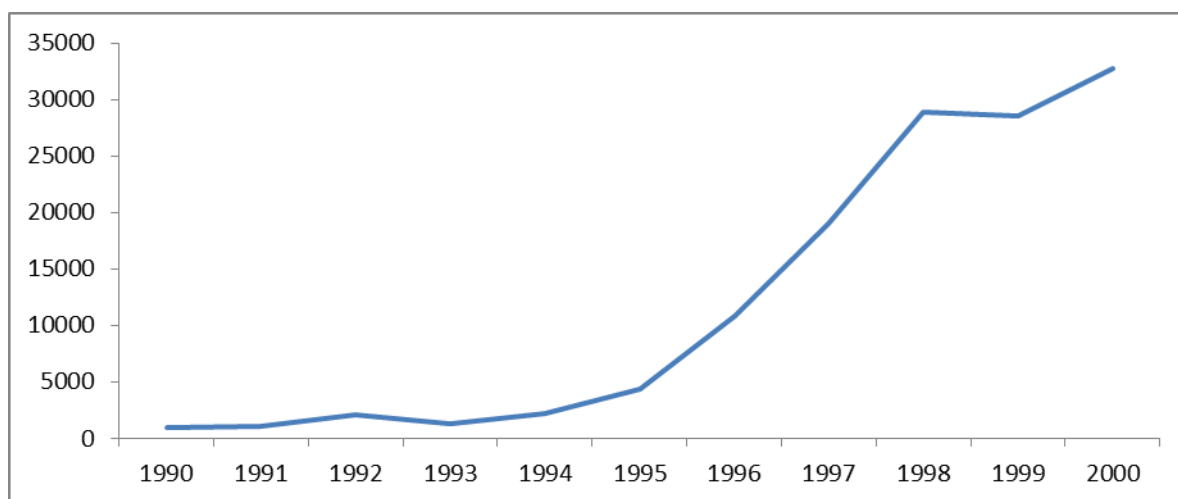
O IDE tem efeito positivo quando o governo promove um aparato institucional capaz de explorar as oportunidades tecnológicas (potencialidade das inovações e dos aperfeiçoamentos) e que nem sempre esses aparatos são considerados “boas políticas” pelos países desenvolvidos, porém, permite que as empresas locais absorvam, por efeito “demonstração” ou efeito “transbordamento”, o conhecimento produtivo das empresas estrangeiras e que obtenham de um processo de aprendizagem industrial e tecnológico para que, no longo prazo, se tenha o *know how* necessário para competir globalmente.

CAPÍTULO III - PERFIL DO INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO NO BRASIL

III. 1 - Breve introdução

Conforme explicitado no capítulo 2, o Brasil se tornou a partir dos anos 90 um dos maiores receptores de investimento direto estrangeiro (IDE) da América Latina. Em meados dos anos 90, o Brasil recebeu grandes volumes de entrada de IDE, conforme gráfico 1 abaixo.

Gráfico 1 - Entrada de capital estrangeiro no Brasil em milhões de dólares de 1990 a 2000



Fonte: Elaboração própria a partir da base do UNCTAD, 2017.

Medidas como liberalização comercial, desregulamentação das atividades econômicas e diminuição tarifária corroboram para a entrada de capital externo, porém, a desobrigatoriedade de transferência de tecnologia por meio das empresas transnacionais e a falta de incentivo à indústria de insumos de alto valor agregado e a sistemas inovativos fez com que a política de “portas abertas” não efetuassem seu papel de modernização e aumento da capacidade produtiva do setor industrial doméstico e de promoção de crescimento econômico.

Este capítulo objetiva, por meio de dados extraídos do Banco Central do Brasil, United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD) e World Bank, mostrar a origem do capital estrangeiro, quais setores de atividade econômica tiveram maior entrada

de IDE, seu tipo e seu percentual de participação no PIB, com prevalência no período de 2011 a 2015. Por fim, pretende-se ao final deste capítulo três apresentar a síntese do perfil do IDE no Brasil e seu impacto crescimento econômico.

III. 2 - Origem do capital

Em relação à origem do capital, desde a década de 1990, os Estados Unidos eram os principais investidores no país com cerca de um quarto do total do capital. Já nos anos 2000, conforme os dados fornecidos pelo Censo de Capitais Estrangeiros de 2000, os Estados Unidos se mantêm como principal investidor externo, seguido pela Holanda, Espanha, França, Suíça, Alemanha e Japão, conforme mostrado na tabela 1 abaixo.

Tabela 1 - Investimento Direto Estrangeiro por país de origem de 2001 a 2009

PAÍS	US\$ MILHÕES	%
Estados Unidos	36,633	16,3
Holanda	35,379	15,7
Espanha	14,845	6,6
França	11,972	5,3
Alemanha	9,868	4,4
Japão	9,344	4,2
Canadá	7,248	3,2
Portugal	5,703	2,5
Suíça	4,905	2,2
Reino Unido	3,697	1,6
México	3,277	1,5
Austrália	2,991	1,3
Itália	2,752	1,2
Paraísos Fiscais	39,884	7,7
Outros	36,273	16,1
TOTAL	224,77	100

Fonte: Banco Central do Brasil, 2011. Elaborado por Castro, 2012.

Ao logo do período de 2010 a 2015, conforme o Censo de Capitais Estrangeiros de 2015, os Estados Unidos se mantêm como principal investidor externo, conforme a tabela 2 abaixo. Percentualmente, Países Baixos (14%), Espanha (10%), Reino Unido (6%) e França (6%) tomaram o posto de maiores investidores em 2015 considerando-se o conceito de país do investidor final.

Tabela 2 - Investimento direto no país por participação no capital de 2010 a 2015

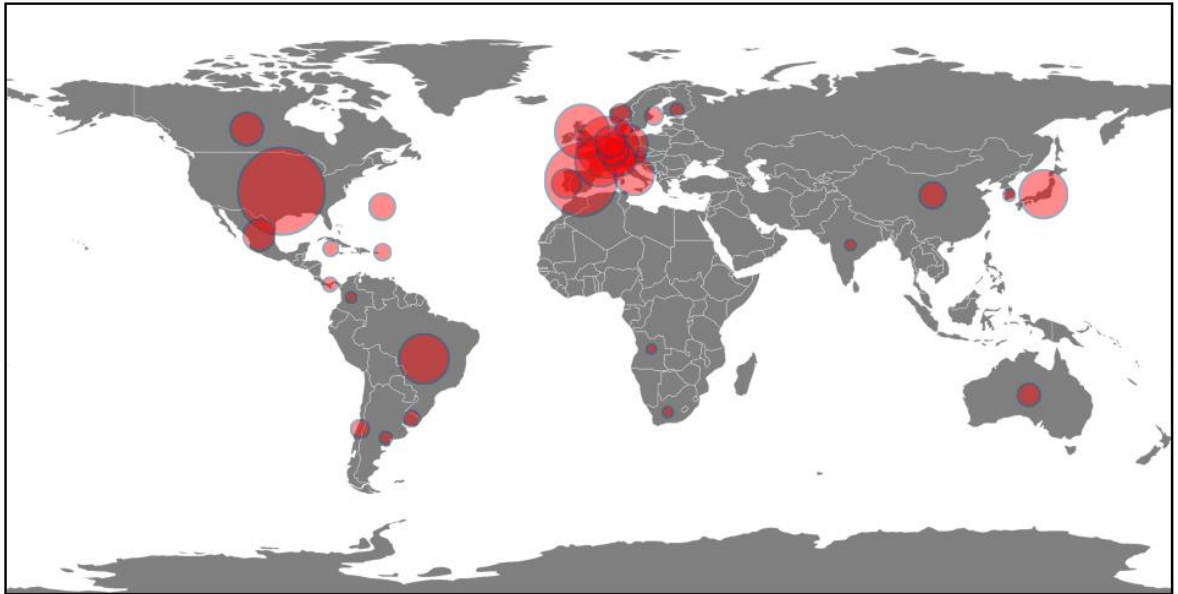
Discriminação	2010		2011		2012		2013		2014		2015	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
(US\$ milhões)												
Total	587.209	100%	589.592	100%	603.470	100%	550.635	100%	518.116	100%	362.516	100%
Estados Unidos	109.698	19%	114.539	19%	120.835	20%	109.374	20%	108.847	21%	77.046	21%
Países Baixos	14.871	3%	12.785	2%	13.909	2%	20.931	4%	71.301	14%	51.353	14%
Espanha	85.421	15%	77.187	13%	70.569	12%	59.475	11%	57.524	11%	37.472	10%
Reino Unido	41.635	7%	42.169	7%	46.712	8%	41.857	8%	36.675	7%	21.894	6%
França	30.674	5%	36.288	6%	35.710	6%	35.149	6%	30.674	6%	21.309	6%
Japão	29.004	5%	33.207	6%	31.661	5%	28.304	5%	26.793	5%	18.914	5%
Brasil	46.237	8%	35.738	6%	25.610	4%	18.398	3%	17.777	3%	15.730	4%
Suíça	13.104	2%	14.656	2%	17.320	3%	13.823	3%	14.405	3%	14.761	4%
Alemanha	30.350	5%	23.942	4%	23.400	4%	22.272	4%	17.695	3%	12.472	3%

Fonte: Elaboração própria a partir da base do Banco Central do Brasil, 2017.

Com o processo de abertura comercial e de privatizações intensificado a partir dos anos 1990, a participação estrangeira cresceu significativamente na composição acionária industrial brasileira.

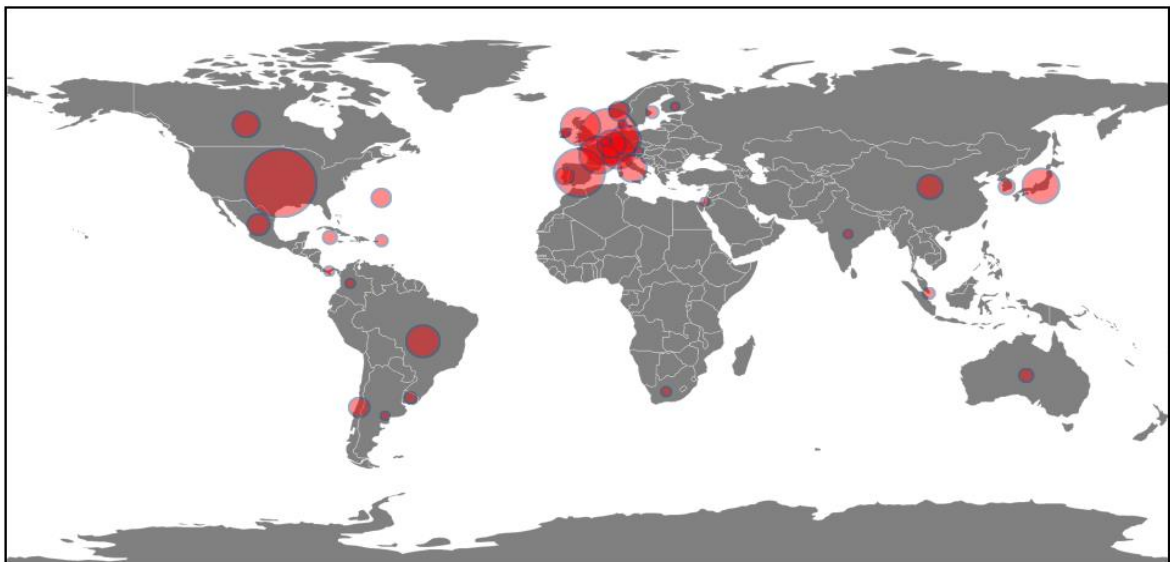
Ao analisar os países que detêm as maiores posições de IDE no Brasil percebe-se que origem de capital estrangeiro permaneceu relativamente à mesma de 2010 até 2015, conforme figuras 1 e 2 abaixo.

Figura 1 - Ingresso de investimento direto estrangeiro em milhões de dólares em 2011



Fonte: Censo de Capitais Estrangeiros no País do Banco Central do Brasil

Figura 2 - Ingresso de investimento direto estrangeiro em milhões de dólares em 2015

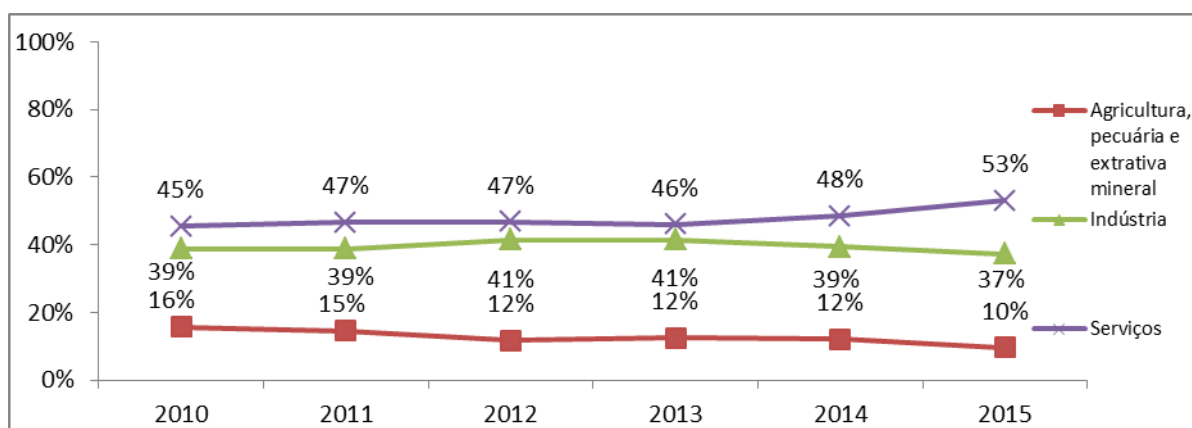


Fonte: Censo de Capitais Estrangeiros no País do Banco Central do Brasil

III. 3 - Perfil setorial do investimento direto estrangeiro

Os três maiores setores de participação de capital estrangeiro no Brasil, no período de 2010 a 2015, foram agricultura, pecuária e extrativa mineral, indústria e serviços. Em 2015, o setor de serviços passou a responder por mais de 50% do estoque de investimento direto estrangeiro, mantendo a sua tendência de expansão desde 2010, conforme gráfico 2 abaixo.

Gráfico 2 - Participação de capital estrangeiro por setor de atividade econômica (%)



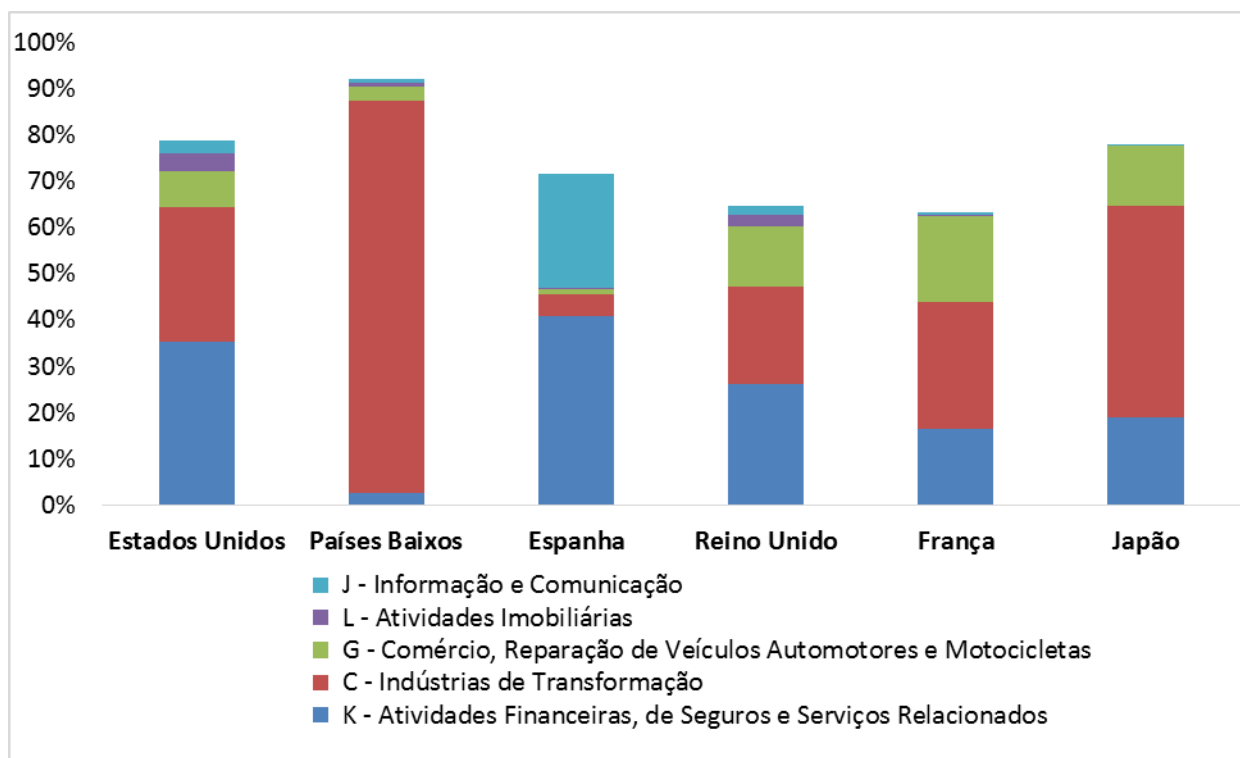
Fonte: Elaboração própria a partir da base do Banco Central do Brasil, 2017.

A análise setorial dos influxos de IDE evidenciou a prevalência do setor terciário – tradicionalmente não exportador – no período analisado. Vale ressaltar que, mesmo sendo importante fonte de divisas para o Brasil, o influxo de IDE no setor de serviços não resolve uma das principais restrições ao crescimento, que é a restrição externa na balança comercial, pois não altera significativamente a pauta de exportações pela sua característica *nontradable*.

III. 4 - Distribuição de setor de atividade econômica por país do investidor final

Conforme o Censo de Capitais de 2015 há certa especialização em termos de atuação setorial das empresas de IDE, considerando-se o conceito de país do investidor final. De acordo com o gráfico 3 abaixo, as empresas que recebem investimentos dos Estados Unidos realizam primordialmente atividades financeiras e de transformação, por exemplo. Já as empresas receptoras de investimento dos Países Baixos atuam mais fortemente em indústrias de transformação, enquanto os investidores finais da Espanha estão concentrados em atividades financeiras e comunicação.

Gráfico 3-Distribuição por setor de atividade econômica e por país do investidor final em 2015 (%)



Fonte: Elaboração própria a partir da base do Banco Central do Brasil, 2017.

III. 5 - Tipologia de investimento direto estrangeiro

Os influxos de investimentos direto estrangeiros (IDE) na forma de participação acionária em empresas já existentes (aquisição), na junção de duas ou mais empresas em uma única firma (fusão), na criação de novas empresas (IDE *greenfield*) ou na forma de investimentos “em carteira” (aportes de capital não destinado ao controle operacional da empresa, mas às transações financeiras especulativas).

Conforme mostra o gráfico 3 abaixo, o Brasil é um grande receptor de investimento direto estrangeiro (IDE) de companhias multinacionais. Com a liberalização comercial, desregulamentação das atividades econômicas e diminuição tarifária iniciada em 1990, o país obteve uma constante entrada de IDE.

Em valores absolutos, o Brasil é um dos pólos de atração de capitais na economia global e também de IDE tipo *greenfield*. Porém, em relação ao tipo de IDE entrante no Brasil, cada vez é maior a absorção deste tipo de capital para fins de transferência de propriedade (fusões e aquisições), aplicações financeiras do que do tipo *greenfield* - capital destinado à criação ou expansão de capacidade produtiva das companhias estrangeiras no território nacional.

O Gráfico 4, mostra que este tipo de capital acompanha a tendência do IDE total do país. Até 2013, houve uma breve recuperação deste tipo de investimento, porém, o volume de IDE *greenfield* no Brasil tornou a declinar a partir do ano seguinte devido à eclosão da crise internacional.

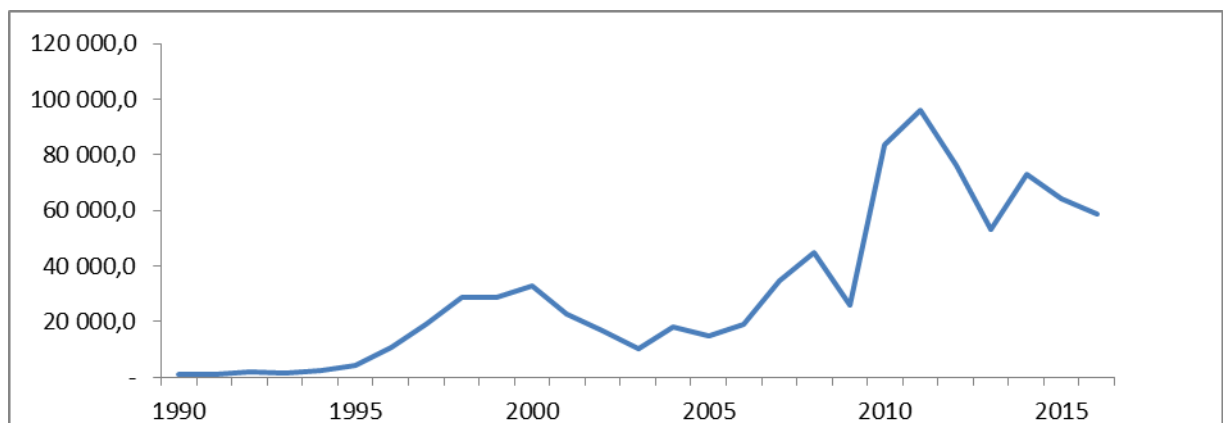
Gráfico 4 - Fluxo investimento direto estrangeiro no Brasil, em com finalidade *greenfield* de 2003 a 2016 em milhões de dólares.



Fonte: Elaboração própria a partir da base do UNCTAD, 2017.

Entretanto, a partir de 2011 ocorreu uma diminuição recorrente das expectativas em relação ao desempenho futuro da economia brasileira, derivada tanto da estagnação da produção interna quanto do aumento dos desequilíbrios no balanço de pagamentos do país, como é percebido também no Gráfico 5.

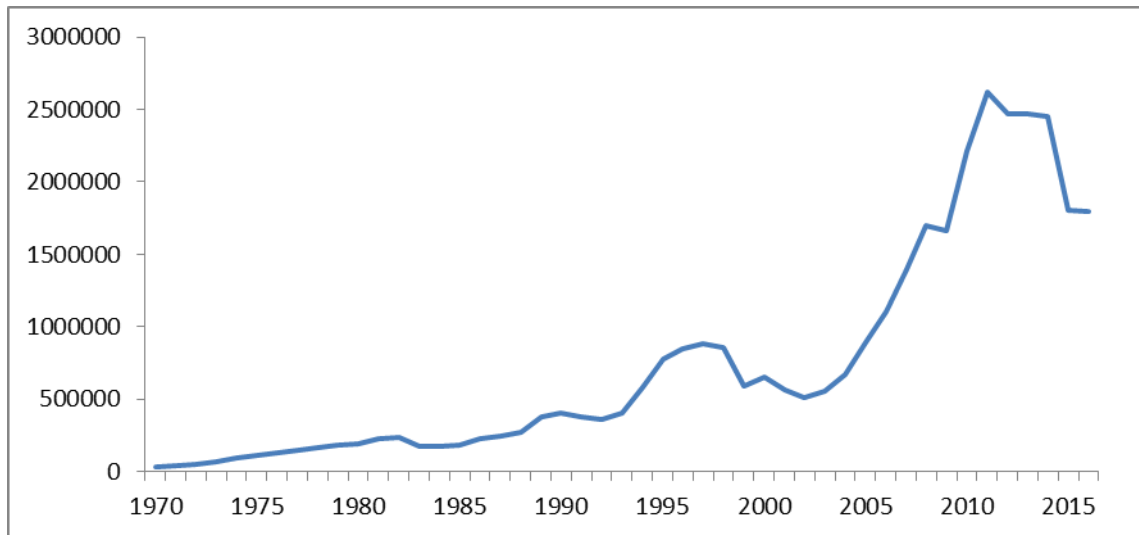
Gráfico 5 – Fluxo de entrada de investimento direto estrangeiro no Brasil em milhões de dólares de 1990 a 2015



Fonte: Elaboração própria a partir da base do UNCTAD, 2017.

III. 6 - Representatividade do fluxo de investimento direto estrangeiro no PIB

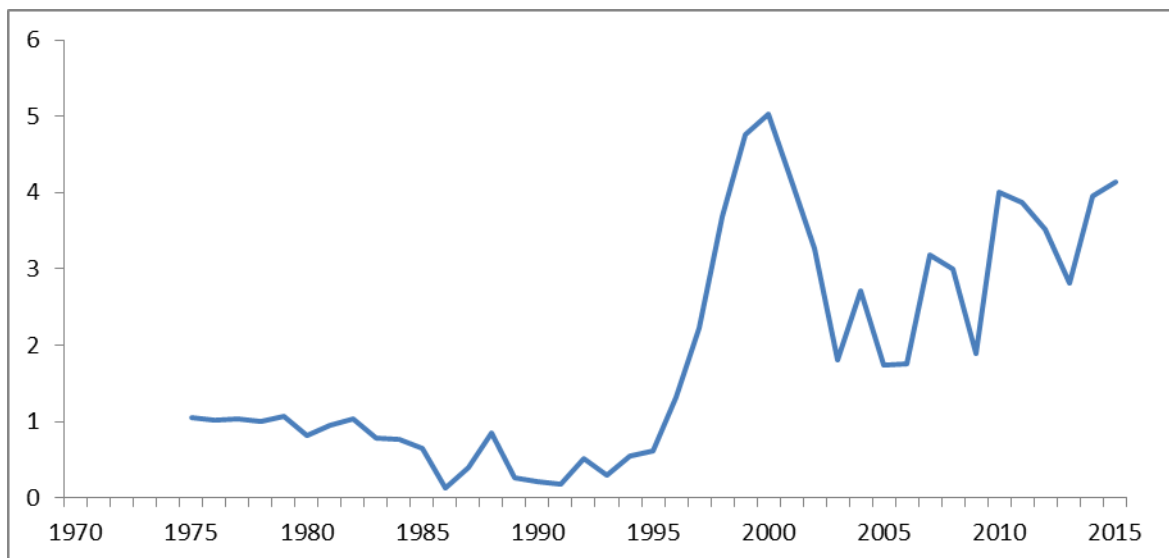
Gráfico 6 – PIB total do Brasil de 1970 a 2015 em milhões de dólares.



Fonte: Elaboração própria a partir da base do UNCTAD, 2017.

Verifica-se que o IDE do país se elevou de forma constante a elevação do PIB, mostrando uma ocorrência de causalidade no sentido de IDE afetar positivamente o PIB. Porém, o percentual de investimento direto estrangeiro em relação ao PIB foi baixa.

Gráfico 7 - Percentual de investimento direto estrangeiro em relação ao PIB de 1970 a 2015 (%)



Fonte: Elaboração própria a partir da base do WORLD BANK, 2017.

CONCLUSÃO

O principal objetivo deste trabalho foi examinar o impacto da entrada de investimento externo estrangeiro (IDE) no crescimento econômico brasileiro no Brasil nas últimas décadas.

Conforme visto, os anos 90 para o Brasil foi um período marcado por medidas de liberalização comercial e desregulamento econômica para incentivar a atração de capital externo. A década de 2000 foi marcada por crises na economia mundial e isto afetou o fluxo de investimentos estrangeiros, porém o tamanho do mercado interno brasileiro e a menor dependência das exportações, em comparação com outras economias emergentes auxiliaram que o mantivesse um volume expressivo de IDE mesmo diante da crise.

Esperava-se que, em contrapartida ao grande fluxo de entrada de IDE, houvesse um expressivo desenvolvimento inovativo na cadeia de produção e um expressivo crescimento econômico brasileiro. No entanto, as políticas brasileiras de atração do IDE não adotaram a obrigatoriedade de incentivar o compartilhamento de tecnologia com as empresas nacionais. Ao contrário, o Brasil adotou o entendimento que a simples presença estrangeira seria capaz de dinamizar a estrutura produtiva nacional e contribuir para a produção local de tecnologia, utilizando-se de uma política do tipo “portas abertas” (Negri, 2007).

O processo de crescimento econômico e tecnológico brasileiro não foi voltado para a política de internacionalização de capacidades inovativas desde suas raízes históricas. A política de desenvolvimento baseado na política de “portas abertas” ao capital estrangeiro não atrelou a necessidade de que, para que entrassem no Brasil, as empresas estrangeiras, teriam que se vincular a instituições locais de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e as empresas locais poderiam absorver por efeito “demonstração” ou efeito “transbordamento”, o conhecimento industrial e tecnológico das empresas estrangeiras, para que, no longo prazo, houvesse o *know how* necessário para competir globalmente, como ocorreu com o caso chinês.

O caso chinês nos mostra que, conforme explicitado por (NONNENBERG, 2012):

As políticas de incentivo à inovação e à transferência e geração de ciência e tecnologia estiveram intimamente ligadas aos incentivos a investidores estrangeiros. Durante vários anos, a permissão ou o incentivo a empresas estrangeiras esteve condicionado a compromissos no sentido de realização de transferência de tecnologia ou de abertura de centros de P&D no país.

Ou seja, os esforços de tecnologia não estavam direcionados para a melhor fronteira prática, mas para a obtenção de tecnologias para ajustá-la às condições locais (Radosevic, 1999).

De acordo com CASSIOLATO E LASTRES (2005), o Brasil representa um paradoxo: importante receptor de IDE e pouco importante objeto de gastos em P&D por parte das subsidiárias.

Analisando a trajetória do capital externo no Brasil percebe-se que o investimento realizado pelas empresas estrangeiras se limitou, na maioria dos casos, nas transferências de propriedade (fusões e aquisições) e no fortalecimento do caixa das subsidiárias locais, não havendo, uma política de estímulo à modernização e ao desenvolvimento da capacidade produtiva. Os dados analisados no segundo capítulo mostram que os volumes de investimentos na indústria, foram relativamente pequenos e concentrados em poucos setores, demonstraram a baixa capacidade de reação à expansão da renda, além de baixo poder de indução. Assim, sua capacidade de estimular o crescimento é limitada.

A falta de uma política de intervenção governamental mais prioritária a certos investimentos setoriais configura a crença dos formuladores de política econômica brasileira no poder alocativo do mercado. Porém, vale ressaltar, que as deficiências de mercado são promotoras do bem-estar social, o que constitui o objetivo da atividade econômica.

Conclui-se que o IDE mesmo sendo uma importante fonte de divisas, não resolve uma das principais restrições ao crescimento, que é a restrição externa na balança comercial, pois não altera significativamente a pauta de exportações para propiciar uma redução da vulnerabilidade externa e atrair investimentos voltados para substituição de importações. Portanto, apesar do expressivo aumento dos fluxos de investimento, as características do IDE entrante no Brasil limitam seu poder alocativo e de contribuição ao desenvolvimento da economia brasileira.

Em suma, a política de atração de IDE brasileira ainda coloca em segundo plano a importância da aquisição e do estímulo de construção de aptidão tecnológica doméstica para o processo de modernização, diferenciação, inovação e para balanço de pagamentos e sem esse incentivo o Brasil continuará sem as mudanças estruturais necessárias em sua base produtiva e em se tornar competitivo globalmente.

Logo, políticas públicas voltadas para o crescimento econômico devem andar de “mãos dadas” com as políticas que incentivem a qualidade (e não somente a quantidade) dos fluxos de investimento estrangeiro na economia nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Giovana Goretti Feijó de; ENGEL, Vonia. A influência da economia cafeeira no processo de industrialização do Brasil na República Velha. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, v. 2, n. 34, p. 581-592, ago. 2016.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. *Desenvolvimento e crise no Brasil 1930-1983*. São Paulo: ed. Brasiliense S.A. 1985.

CASTRO, Priscila Gomes de; FERNANDES, Elaine Aparecida; CAMPOS, Antônio Carvalho Os determinantes do investimento direto estrangeiro no Brasil e no México: uma análise empírica. 2012

CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada: a estratégia de desenvolvimento em perspectiva comparada*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2004.

CHIARINI, Tulio A inércia estrutural da base produtiva brasileira: o IDE e a transferência internacional de tecnologia. *Revista de Economia Política*, v. 36, n. 02 (143), p. 286-308 abr./jun. de 2016.

DRAIBE, S. 1930-1945: rumo à Industrialização e à nova forma do Estado brasileiro. In. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil. 1930-1960*. 2. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 3a ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

NEGRI, F. D..(2007) Investimento direto e transferência de tecnologia: Argentina, Brasil e México.(Tese de Doutorado). Instituto de Economia (IE), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas (SP).

NONNENBERG, M. J. B.; MENDONÇA, M. J. C. D. (2004) “Determinantes dos investimentos diretos externos em países em desenvolvimento. Texto para Discussão n. 1016. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

.PEREIRA, L. C. Bresser. Desenvolvimento e Crise no Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1982.

RADOSEVIC,S. (1999) International technology transfer and catch-up in economic development. Cheltenham (UK): Edward Elgar.

SART I, F.; HIRATUKA, C. (2010) “Indústria mundial: mudanças e tendências recentes”. Texto para Discussão n. 186. Campinas (SP): Instituto de Economia (IE) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

SART I, F.; LAPLANE, M. (2002) “O investimento direto estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 1990”. Economia & Sociedade, v. 11, n. 1, p. 63-94.

SERRA, José. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. In Desenvolvimento Capitalista do Brasil: Ensaio Sobre a Crise Vol.1 São Paulo: Brasiliense, 1982.

BANCO CENTRAL DO BRASIL, Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br> >.

UNCTAD, Disponível em: < <http://www.unctad.org>>.

WORLD BANK, Disponível em: < <http://data.worldbank.org> >.